

Fluxos migratórios e distribuição da renda interna na evolução da economia do Vale do Taquari no período de 1930-70¹

Júlia Elisabete Barden²
Lucildo Ahlert³

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar as causas da intensificação dos fluxos migratórios na região do Vale do Taquari no período de 1930 a 1970 e quais os reflexos para a renda interna da região. A região do Vale do Taquari até o final do século XIX se caracterizou pela colonização de imigrantes europeus. A partir de um determinado momento, intensificaram-se os fluxos migratórios do campo para as cidades, tanto intra-regional como inter-regional, verificando-se assim, um processo de urbanização crescente na região. A população saiu do campo para entregar sua força-de-trabalho ao capital, modificando a dinâmica da economia da região. A análise foi feita a partir de pesquisa bibliográfica sobre o período e através de dados secundários obtidos na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) e na Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE).

Palavras-chave: Vale do Taquari, fluxos migratórios, renda.

Abstract:

This study aims at analyzing the reasons of the growing number of migratory flows in the Taquari Valley during 1930-1970 and the influences on the domestic income. The region of the Taquari Valley until the end of the 19th century was characterized by the settlement of the European immigrants. Later on, the migratory flows from the countryside to the cities grew intra-regional as well as inter-regional, starting a growing urbanization in the region. The population left the fields to offer his/her work to the capital, changing the dynamics of the regional economy. The study was supported by a bibliographic research about the period and the data gotten at Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) and at Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE).

Key Words: Taquari Valley; Migratory Flows; income.

Introdução

¹ Este artigo é oriundo do projeto de pesquisa “Períodos do desenvolvimento econômico na história social do Vale do Taquari”, financiado pela UNIVATES. Os autores agradecem a colaboração do bolsista Luis Gustavo Einloft.

² Mestre em Economia Rural. Professora do curso de Ciências Econômicas da UNIVATES – Centro Universitário e da Universidade de Caxias do Sul – UCS. Rua Avelino Tallini 171, Cx. Postal 155, Lajeado. E-mail: julia@bewnet.com.br

³ Mestre em Engenharia de Produção. Professor do curso de Ciências Econômicas da UNIVATES – Centro Universitário. Rua Avelino Tallini 171, Cx. Postal 155, Lajeado. E-mail: lahlert@univates.br

A ocupação do Rio Grande do Sul ocorreu em épocas diferentes. O extremo Sul do Estado foi a primeira parte a ser ocupada, no período colonial, tendo como atividade predominante a pecuária extensiva, que, mais tarde, permitiu a instalação de indústrias de transformação da matéria prima local. O extremo Norte foi ocupado, no período imperial com os fluxos migratórios vindos da Europa, mais especificamente da Alemanha, que se instalaram nos Vales do Jacuí, Sinos, Pardo, Taquari e Caí.

Com um sistema de produção familiar e com características de pequena propriedade, os imigrantes e seus descendentes praticaram, inicialmente, a agricultura de subsistência através do desmatamento das áreas não ocupadas pela pecuária extensiva. Mais tarde, com a expansão das atividades agrícolas, surgiram excedentes que propiciaram o início do comércio local e da exportação para outros estados da federação. A intensificação de atividades agrícolas com produção de excedentes ampliou as possibilidades do comércio, gerando acumulação de capital que viabilizou o surgimento de agroindústrias, a partir de produtos, considerados básicos, como: banha, toucinho e milho que, por sua vez, fez surgir a agricultura comercial (Alonso, 1984).

Assim, no final dos anos 30, o Rio Grande do Sul estava parcialmente ocupado com 88 cidades, sendo que o delineamento das regiões se deu em função da atividade econômica predominante.

Este estudo tem como objetivo analisar as causas da intensificação dos fluxos migratórios na região do Vale do Taquari⁴ no período de 1930 a 1970 e quais os reflexos para a renda interna da região. A região do Vale do Taquari (no estado do Rio Grande do Sul, Brasil) até o final do século XIX se caracterizou pela colonização de imigrantes europeus. A partir de um determinado momento, intensificaram-se os fluxos migratórios do campo, tanto intra-regional como inter-regional, verificando-se assim, um processo de urbanização crescente na região e a expansão das fronteiras agrícolas em outras regiões.

Para atingir o objetivo proposto, inicialmente faz-se uma descrição histórica do desenvolvimento da região do Vale do Taquari. Num segundo momento são apresentados os movimentos migratórios no período (1930-70) e possíveis determinantes. E por último, é analisada a evolução da renda interna da região em comparação com as demais regiões do RS.

1 Retrospectiva histórica do desenvolvimento do Vale do Taquari

A região, conhecida atualmente como Vale do Taquari, tem este nome em função do rio que a atravessa, Taquari, cujo vocábulo indígena original era *tebicuary*, com o significado de rio do barranco profundo.

Antes da vinda do homem branco, viviam na região com características geomorfológicas diversas, índios de várias origens, rivais entre si, adaptados aos diferentes *habitats*, que dominavam os vales de rios e regiões montanhosas.

Valendo-se dessas rivalidades, os pombeiros (mercadores de escravos) penetravam no território, através dos rios, procurando tesouros e praticando escambo

⁴ A região Vale do Taquari dista, em média, 150 quilômetros de Porto Alegre e está localizada na região central do Estado do Rio Grande do Sul, às margens do rio Taquari e afluentes, possuindo 5.761,50 Km² de área (2,14% da área do Estado do RS), composta de 40 municípios.

para obter escravos. Esta realidade fez com que os paulistas escolhessem a região como um local estratégico para sediar as incursões organizadas e numerosas no Rio Grande do Sul, na caça a indígenas, para fornecer escravos aos colonos luso-brasileiros do sudeste e nordeste da colônia brasileira. O negócio prosperou com o mercador indígena, Parapoti, que ergueu um acampamento em uma ilha fluvial do rio Taquari, atual município de Colinas, mantendo cativos índios obtidos através do escambo junto às tribos, influenciando toda a região. Esta estratégia, inclusive, dificultou aos jesuítas espanhóis instalarem na região, no período de 1626 a 1633, reduções, encontrando como limite o raio de ação do entreposto (Herrlein Jr, 1998).

A estrutura, assim montada, possibilitou aos bandeirantes chegar ao território sul-rio-grandense, a partir de 1636, para atacar e destruir os aldeamentos indígenas existentes, na obtenção de escravos estabelecendo a sede de suas operações no vale do rio Taquari, sendo a região a sede no sul do primeiro circuito mercantil transbrasileiro. A primeira bandeira, comandada por Antônio Raposo Tavares, com mais de 150 luso-brasileiros e 1.500 índios *tupi*, veio ao Vale do Taquari, em 1636. A segunda, de 1637, foi comandada pelo Capitão Francisco Bueno, que foi morto com mais três bandeirantes (Herrlein Jr, 1998).

Com o esvaziamento na região da principal mercadoria, o índio, e pelas condições adversas do relevo que não propiciavam a proliferação e a préa do gado bravia, que foi uma atividade importante no sul, a região, durante um século, se caracterizou como uma zona de passagem de tropas.

A partir de 1740, com o objetivo estratégico de garantir a posse do território sul-rio-grandense e evitar o avanço dos espanhóis, a Coroa Portuguesa, a exemplo de Rio Grande, determinou, no território da região do Vale do Taquari que se encontrava junto à fronteira do Rio Pardo, a vinda dos primeiros portugueses e, a partir de 1760, de colonos açorianos que se instalaram nas imediações da foz do rio (Carvalho, 2002).

Assim, surgiu o povoamento de Santo Amaro, iniciado em 1753 com a instalação no local de armazéns do exército, e a fundação de Taquari, no ano de 1764, concomitante à construção de um forte de terra batida.

Os açorianos, que vieram com o objetivo de produzir alimentos, manter as tradições portuguesas e, sobretudo, para fixar o seu idioma nas terras em disputa⁵, receberam no território do atual município de Taquari, em 1760, concessões de terras a título provisório. Estas, foram oficializadas, a partir de 1771, em lotes denominados de datas (272 ha) que deveriam ser dedicadas única e exclusivamente à agricultura, sendo a principal cultura o trigo. A demarcação destes lotes permitiu a confecção do primeiro mapa de Taquari, em 1771 (Carvalho, 2002).

A vinda dos açorianos trouxe o reforço étnico dos elementos culturais lusitanos⁶ e inaugurou uma nova fase do aproveitamento do solo sul-rio-grandense, através de sua ocupação com pequenas propriedades agrícolas. Das famílias açorianas assentadas, muitas prosperaram, mas outras passaram por dificuldades e se miscigenaram com os indígenas.

Com a política de povoamento, a Coroa Portuguesa também implementou a concessão de sesmarias, com o que surgiu no Rio Grande do Sul a propriedade privada, fato que também ocorreu no território de Taquari, pela primeira vez em 1754. As concessões na região ao longo do rio Taquari (em direção ao norte) ocorreram

⁵ No território da colônia como um todo predominava o *nhengatu*, a língua geral, que consistia numa variação do idioma guarani pela influência do português.

⁶ Na formação das povoações, por ser um povo muito religioso, contemplava-se um local central para a localização da igreja, o que permitiu a fundação de várias freguesias para atender os moradores estabelecidos, tendo sido erigida a freguesia de São José do Taquari, em 1765.

num período mais tardio, no começo do século XIX. O sentido das concessões foi contrário ao curso do rio, atingindo os atuais territórios municipais de Bom Retiro do Sul, Estrela e Lajeado. Na zona alta (de Arroio do Meio para o norte) não foram concedidas sesmarias, pois com a Independência cessou a sua concessão. Estas sesmarias, foram, em muitos casos, divididas em fazendas⁷ (Carvalho, 2002).

Na atual região do Vale do Taquari existiram diversas dessas fazendas que, com o uso da mão-de-obra escrava, se dedicavam à extração de madeira e erva-mate e a lavouras, fruticultura e pecuária de subsistência. Entre estas, podem ser citadas as seguintes: Boa Vista (Estrela); Conventos Velho, Carneiros ou Lajeado, São Bento (Lajeado); Demanda e São Gabriel (Cruzeiro do Sul); São Caetano (Arroio do Meio); Santo Antônio e Beija Flor (Colinas).

Assim, a região, no início do império, estava marcada pela presença de fazendas extrativas escravistas e de pequenas glebas de colonos de origem açoriana.

Instalado o império brasileiro, surgiu uma nova fase de colonização que visava garantir a posse do território sul-rio-grandense e a produção de gêneros necessários ao consumo interno, implantada em São Leopoldo em 1824, que chegou à região do Vale do Taquari, 30 anos mais tarde.

Com o surgimento de uma nova onda imigratória alemã, assumida pelo governo da Província, a partir de 1850, e o interesse do governo em incluir o atual Vale do Taquari nas suas pretensões, o processo chegou oficialmente à região do Vale do Taquari, desenvolvido por empresas particulares, que aproveitaram a situação para iniciar grandes negócios imobiliários.

Amparados pela Lei de Terras de 1850, regulamentada em 1854, os negócios imobiliários propiciaram um surto de ocupação e povoamento do Vale do Taquari. Neste negócio se destacaram descendentes de açorianos, como Antônio Fialho de Vargas, e também agrimensores que atuavam na região, que adquiriam antigas fazendas, ou terras devolutas do governo, que eram transformadas em lotes, chamados de colônias, vendidos e financiados aos imigrantes. Os negócios que transformaram a terra em mercadoria possibilitaram que a imigração e a colonização se tornassem, para muitos, fontes de especulação e de lucro (Ahlert & Gedoz, 2001).

Os imigrantes, agricultores que, na sua maioria, também tinham formação prática em alguma atividade artesanal, implementaram uma nova modalidade de trabalho, a mão-de-obra familiar, contrastada com a mão-de-obra escrava utilizada nas fazendas. Além disso, se organizaram em comunidades para atender as suas necessidades de educação, cultura, lazer e religiosas, criando suas próprias escolas, igrejas, cemitérios, locais para atividades esportivas e culturais, mantendo e preservando, assim, os seus costumes, tradições e a própria língua.

No entanto, com o avanço da colonização européia nas terras devolutas existentes, fez com que posseiros, cablocos, índios e mestiços de açorianos buscassem novas áreas, mais íngremes e que não estavam nos planos dos colonizadores. A cultura e os costumes dessa população integram hoje, também, a diversidade étnica e cultural do Vale do Taquari.

O estabelecimento de colonos no território, primeiro de alemães ou filhos de colonos dessa origem (a partir de 1853), depois italiana (a partir de 1878), veio a modificar profundamente o panorama demográfico, econômico e cultural da região, determinando a ocupação de sua parte norte (Ahlert & Gedoz, 2001).

⁷ Os proprietários das sesmarias, para não perder os direitos de propriedade e melhor administrá-las, dividiram-nas em fazendas, das quais várias se transformaram em empresas, que, em muitos casos, não lograram êxito.

As pequenas propriedades coloniais, assim estabelecidas, dedicaram-se à produção de subsistência (lavoura e criação), mas desde cedo geraram excedentes para o abastecimento do mercado interno, face à necessidade de pagar as dívidas com a compra das terras, formando um setor complementar à economia nacional.

A cultura principal era a do feijão, cultura de certo modo desconhecida pelos imigrantes, mas que, pelas condições de adaptabilidade à região e disponibilidade de sementes, foi se expandindo rapidamente, sendo uma das que gerava os excedentes, juntamente com a da batata e do milho para serem vendidos para o mercado da capital e assim receber divisas para pagar os compromissos assumidos com a compra de terras (Ahlert & Gedoz, 2001).

A necessidade de obtenção de recursos financeiros pelos colonos, com a venda de produtos agrícolas, possibilitou a integração comercial do Vale do Taquari com a capital do estado e fez com que o governo provincial determinasse a vinda de navios até o porto de Taquari.

Aberto o mercado para o comércio dos excedentes, as colônias prosperavam e novas levas de imigrantes vinham para a região, possibilitando aos colonizadores novos negócios, desbravando as terras devolutas, para transformá-las em pequenas propriedades.

O florescimento das colônias e os dispositivos da lei provincial nº 304, de 30 de novembro de 1854 que estabeleciam as condições para a criação e desenvolvimento dos centros urbanos, reservando áreas para estradas, portos, igrejas, etc, contribuíram na formação de vilas e cidades. Também contribuíram para a formação de centros urbanos a diversificação de profissões dos imigrantes, como ferreiros, carpinteiros, tecelões, operários de indústria e sapateiros (Ahlert & Gedoz, 2001).

Esse processo propiciou a formação das principais cidades atuais do Vale do Taquari, bem como das vilas e localidades da região.

Assim, no início do Brasil Império, a atual região do Vale do Taquari que pertencia aos municípios de Porto Alegre e Rio Pardo, dois dos quatro primeiros municípios do atual estado do Rio Grande do Sul, criados em 1809, sofreu várias transformações na sua estrutura política.

Com a criação, em 1831, do município de Triunfo, que foi desmembrado parte de Porto Alegre e parte de Rio Pardo, a atual região teve uma nova configuração, que melhor se definiu, em 1849, com a criação de Taquari, ao se desmembrar de Triunfo, formando o primeiro dos atuais municípios da região. Os próximos municípios criados foram Estrela, em 1876, Lajeado, em 1891, Encantado em 1915, todos a partir de Taquari (Ahlert & Gedoz, 2001).

A parte alta da região foi criada a partir de Rio Pardo, de cujo município se desmembrou Cruz Alta, em 1834 e, em 1857, Passo Fundo. Em 1875, parte de Passo Fundo deu origem ao município de Soledade, do qual parte foi desmembrada, em 1915, ao ser criado Encantado. Novos municípios foram criados, chegando aos atuais 40 municípios.

A atividade comercial que se estabeleceu entre Porto Alegre e a zona colonial, em que se insere o Vale do Taquari, foi igualmente importante no processo da industrialização, pois as atividades industriais estavam vinculadas às possibilidades de oferta de matéria-prima regional, aos capitais gerados pelo próprio comércio e a mão-de-obra especializada dos imigrantes.

A diversidade econômica e a integração com a capital do Estado e as suas riquezas cultural e social oriundas das diversas etnias que participaram na sua formação, caracterizam a região como um local de muitas possibilidades, em que a

população vive em harmonia e busca o seu desenvolvimento com muito trabalho e dedicação.

2 Fluxos migratórios e os seus determinantes

Enquanto que no início do século o contingente de estrangeiros na população do Estado era significativo, ao longo do tempo, assumem maior importância os fluxos de migração interna. Jardim (2002) considera que ao contrário da taxa de emigração líquida, a proporção de imigrantes da população do Rio Grande do Sul apresenta decréscimos entre 1940 e 1970. No entanto, a taxa de migração interna é sempre crescente, influenciada pela perda de participação da população estrangeira no Estado e ao aumento dos fluxos interestaduais.

Até 1940, o RS foi considerado um estado essencialmente agrícola, tanto em termos de atividade econômica quanto na distribuição populacional. Com o passar do tempo, com mudanças estruturais na economia rural, ocorreram modificações nas relações de trabalho, que resultaram em intensos movimentos migratórios, ora em direção a fronteiras agrícolas, inicialmente internas, e externas num segundo momento, ora em busca de opções no mercado de trabalho urbano, o que fez crescer a população nas cidades.

Segundo Derruau (1982), os movimentos demográficos ou migratórios são inerentes às necessidades humanas, pois não existe nenhum exemplo histórico de uma população que se fixa por completo, havendo, sempre, de alguma forma, um deslocamento maior ou menor de habitantes de um lugar para outro. Entre as diversas razões desses movimentos, o autor cita o deslocamento voluntário por procura fora das suas fronteiras regionais, trabalho mais remunerador. Nesse sentido, esse tipo de migração é resultante do desequilíbrio econômico e da expectativa de uma melhoria do nível de vida no novo local de trabalho. O autor considera que os migrantes procuram por locais de trabalho no meio urbano, nos centros industriais onde há uma grande procura por mão-de-obra, e em regiões agrícolas em expansão.

Conforme Magalhães *et al* (2000), durante praticamente 30 anos (entre 1940 e 1970), a região Sul apresentou taxas de crescimento superiores às das demais regiões e à média brasileira, período em que ocorreu o processo de expansão e consolidação da fronteira agrícola. Assim, no período, as migrações tiveram maior importância na formação das densidades regionais ou locais que o binômio nascimento-óbitos.

No entanto, o ciclo de ocupação da fronteira agrícola sulina esgotou-se rapidamente no Rio Grande do Sul, quando então, as migrações foram em direção a outros estados do Sul e para áreas urbanas.

Assim, o processo de urbanização foi crescendo no período compreendido entre 1920 e 1970, com intensidade maior a partir da década de 40: em 1940 31,15% da população estava na área urbana e em 1970, esta taxa passou para 53,31%, ou seja, em 50 anos houve um aumento de 70% na população que morava nas cidades (conforme Tabela 01).

Tabela 01 - Taxa de crescimento anual da população, por situação de domicílio, grau de urbanização e densidade demográfica, no Vale do Taquari e Rio Grande do Sul – 1920 e 1970.

Anos	Taxas de Crescimento Anual (%) - Vale do Taquari			Taxas de Crescimento Anual (%) - Rio Grande do Sul			Grau de Urbanização (1)		Densidade Demográfica (2)	
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Vale do Taquari	Estado	Vale do Taquari (3)	Estado (4)
1920	3,04	3,26	19,28	7,75
1940	1,4	2,12	14,19	31,15	25,48	11,79
1950	1,07	2,45	0,83	2,29	3,23	1,84	16,25	34,14	28,34	14,78
1960	2,27	5,34	1,57	2,61	5,29	0,85	21,83	44,36	35,48	19,05
1970	1,9	3,04	1,56	2,15	4,08	0,41	24,41	53,31	42,83	23,66

Fontes: IBGE (1920, 1940, 1950, 1960 e 1970) dados adaptados pelos autores.

(1) Igual ao quociente entre a população urbana e a população total, multiplicado por 100.

(2) Número da área por Km².

(3) A área considerada foi a utilizada pela Secretaria da Agricultura do RS de 5.761,50 Km², para todos os anos.

(4) A área utilizada foi a divulgada pela Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 2000, 281.734.009,15 Km² para todos os anos e inclui 10.091,4 Km² e 2.806,1 Km² referentes as Lagoas dos Patos e Mirim.

Em relação ao Vale do Taquari, o grau de urbanização foi menos intenso do que o do RS, mas também significativo, de 14,19% passou para 24,41%. O que diferencia a região do Estado é a densidade demográfica, que se manteve elevada (42,83 hab/km²), embora com taxas de crescimento menor quando comparada as do RS, 122% e 200%, respectivamente. Dentre os fatores, destaca-se a taxa de crescimento anual da população, no RS apesar de ter reduzido em intensidade até o final do período (1970), manteve-se acima de 2% a.a., com destaque para a população urbana que foi de 4,08%. Já para o Vale, esta oscilou no período: iniciou com 3,04% e terminou com 1,90% a.a., todos sempre inferiores ao do Estado. A intensidade maior de urbanização ocorreu, tanto no Vale como no Estado no período de 1950 e 1960 em que aumentaram significativamente as taxas de crescimento da população urbana.

Outro aspecto interessante a ser analisado se refere à distribuição etária da população (ver Tabela 02) e como ela se modificou ao longo do tempo: inicialmente uma população jovem, pois em 1920 57% estavam na faixa de 0 a 20 anos; 38,5% de 21 a 59 anos e somente 4,5% da população de 60 anos e mais. Ao final do período (em 1970), percebe-se que há um envelhecimento da população e se tem a seguinte distribuição: 50,2%; 43,9% e 5,9%, respectivamente.

Tabela 02 - Distribuição percentual da população no Vale do Taquari e no Rio Grande do Sul, por faixa etária - 1920 a 1970

Anos	DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA					
	De 0 a 20 Anos		De 21 a 59 Anos		De 60 Anos e Mais (2)	
	Vale do Taquari (1)	Estado	Vale do Taquari (1)	Estado	Vale do Taquari (1)	Estado
1920	62,1	57,0	34,4	38,5	3,5	4,5
1940	56,5	53,7	39,8	42	3,7	4,3
1960	53,4	51,8	41,3	43	5,3	5,2
1970	51,6	50,2	42,2	43,9	6,2	5,9

Fonte: IBGE (1920,1940, 1960 e 1970) dados adaptados pelos autores

(1) Com base nos dados da população dos municípios existentes na época segundo a atual conformação geográfica.

(2) Foi incluída a população com idade ignorada.

O Vale do Taquari apresentou, no período, uma tendência semelhante à do Estado na distribuição etária, porém, no início do período, a concentração foi maior na faixa de 0 a 20 anos (62,1%) e menor na faixa de 60 anos (3,5%) do que no Estado. No entanto, as transformações, até 1970, foram mais drásticas, fazendo com que a distribuição etária da região se aproximasse ao do RS, revelando, portanto, que a população do Vale do Taquari, no período, envelheceu mais do que a do Estado. Enquanto que o RS passou de 4,5% para 5,9% na faixa de 60 anos e mais, na região, passou de 3,5 para 6,2%.

Essa realidade é também constatada por Derruau (1982), que afirma que as massas migratórias são formadas de pessoas adultas mais jovens, resultando em populações mais jovens na região de destino e de mais idosos nas regiões de origem.

Também Martins (1986) e Garcia Jr. (1990) *apud* Barcellos (1995, p. 97) consideram que nos fluxos migratórios, prevaleceram os jovens (população em idade ativa) e as pessoas em melhores condições entre os imigrantes. “A seletividade que encontramos aqui é extremamente perversa, já que sai do campo aquela parcela mais apta, para entregar sua força de trabalho ao capital, produzindo uma entrada precoce das crianças na produção agrícola”.

Tabela 03 - Taxa de crescimento anual da PIA (população em idade ativa), por sexo e sua proporção em relação à população total, no Vale do Taquari e RS – 1920 a 1970.

ANOS	TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL (%) - Vale do Taquari			TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAL (%) - Rio Grande do Sul			PROPORÇÃO DA PIA EM RELAÇÃO AO TOTAL DA POPULAÇÃO (%) (1)	
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Vale do Taquari	Estado
1920	64,12	69,05
1940	1,72	1,62	1,82	2,2	2,12	2,27	68,26	70,11
1960	1,76	1,77	1,75	2,5	2,48	2,53	69,49	70,82
1970	2,41	2,41	2,42	2,54	2,51	2,57	73,08	73,6

Fonte: IBGE (1920,1940, 1960 e 1970) dados adaptados pelos autores.

(1) Igual ao quociente entre a população em idade ativa e a população total, multiplicado por 100.

A constatação dos autores pode ser evidenciada na Tabela 03 que apresenta a taxa de crescimento anual da PIA, por sexo e sua proporção em relação à população total, no Vale do Taquari e no RS para o período de 1920 a 1970. Conforme esta, a proporção da PIA em relação ao total da população aumentou tanto no Estado como na região, embora na região tenha aumentado mais, reforçando a evidência de que no Vale do Taquari a população envelheceu mais rapidamente do que no Estado.

Conforme FEE (1976-77), os fluxos migratórios (do campo para as cidades) no Rio Grande do Sul foram ocasionados essencialmente por dois fatores: um de atração e outro de expulsão. Como fator de atração, o nível de renda dos habitantes das cidades e como expulsão, o esgotamento da fronteira agrícola.

Para o autor, as 24 microrregiões em que está dividido o Estado foram distribuídas por 5 grupos homogêneos quanto as variáveis demográficas:

- a) regiões absorvedoras de população, cujas taxas de crescimento demográfico, no último decênio, foram superiores à taxa de crescimento natural, ou seja, maiores que 2,4% a.a.;
- b) regiões de emigração, com alto grau de urbanização, aquelas com crescimento total inferior a 2,4% a.a., mas com grau de urbanização superior a 40% em 1970;
- c) regiões de emigração, com baixa urbanização e crescimento rural maior que a média do Estado. Neste grupo se incluem todas as que, tendo crescido menos que 2,4% a.a., como um todo, apresentam em 1970 um grau de urbanização inferior a 40%, mas cujo crescimento da população rural superou a média do Estado, ou seja, foi maior que 0,4%;
- d) regiões de emigração, com baixa urbanização e crescimento rural positivo, porém menor ou igual à média do Estado;
- e) regiões de emigração, com baixa urbanização e crescimento rural negativo.

As regiões absorvedoras de população no Rio Grande do Sul no período de 1960-70 foram as seguintes: Porto Alegre, Vinicultora de Caxias do Sul e Colonial de Irai. Quanto à procedência desta população, constatou-se que os movimentos migratórios com destino a microrregião de Porto Alegre, 80% procederam das zonas urbanas e para as demais regiões, 65% tinham procedência urbana. Assim, pode-se caracterizar o processo migratório interno em etapas: as populações campesinas, primeiro buscam as pequenas cidades e somente depois, partem para a região metropolitana (FEE, 1976-77). Barcellos (1995) acrescenta ainda, que a partir de 1950 também foram mais significativos, os fluxos das áreas rurais em direção aos principais centros urbanos do estado, em especial para a capital e seu entorno.

Já as regiões de emigração com baixa urbanização e crescimento rural maior que a média do Estado estão listadas na Tabela 04:

Tabela 04 – Regiões de emigração com baixa urbanização e crescimento rural maior que a média do Rio Grande do Sul -1960 e 1970.

Microrregiões	Densidade Demográfica		Grau de urbanização		Taxas de crescimento 1960/70 (% a.a.)		
	1960	1970	1960	1970	Urb.	Rur.	Tot.
Colonial do Alto Taquari*	25,7	27,7	17,2	18,9	1,9	0,6	0,8
Colonial do Baixo Taquari**	44,8	50,1	23	27,7	3,2	0,5	1,2
Fumicultora de Santa Cruz do Sul	32,1	36,9	20,4	26,7	4,3	0,6	1,5
Colonial das Missões	14,9	18	31,8	36,6	3,6	1,3	1,2
Colonial de Santa Rosa	38,6	44,2	17,8	22	4,3	0,8	1,1
Colonial de Erechim	26,3	28,7	23	26,7	2,6	0,5	1
Colonial do Alto Jacuí	23,1	25,5	25,5	27,7	2	0,8	1,1

Fonte: FEE (1976-77, p. 35)

* Anta gorda, Arvorezinha, Casca, David Canabarro, Fontoura Xavier, Guaporé, Ilópolis, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Prata, Parai, Putinga e Serafina Correa.

** Arroio do Meio, Bom Retiro do Sul, Cruzeiro do Sul, Encantado, Estrela, Lajeado, Muçum, Nova Bréscia e Roca Sales.

As áreas caracterizadas por baixo grau de urbanização, também se caracterizaram por expulsarem menos mão-de-obra da área rural que as demais regiões; onde predominam os pequenos estabelecimentos agrícolas, minifúndios, os quais utilizam uso intensivo em mão-de-obra (FEE, 1976-77).

Verifica-se que dentre estas regiões, com maior densidade demográfica, estão a do Colonial do Alto e do Baixo Taquari. Estas regiões agregavam parte dos municípios que fazem parte da atual (em 2003) região do Vale do Taquari. A região Colonial do Baixo Taquari é a que apresenta a maior densidade demográfica e uma das menores taxas de crescimento rural, para o período.

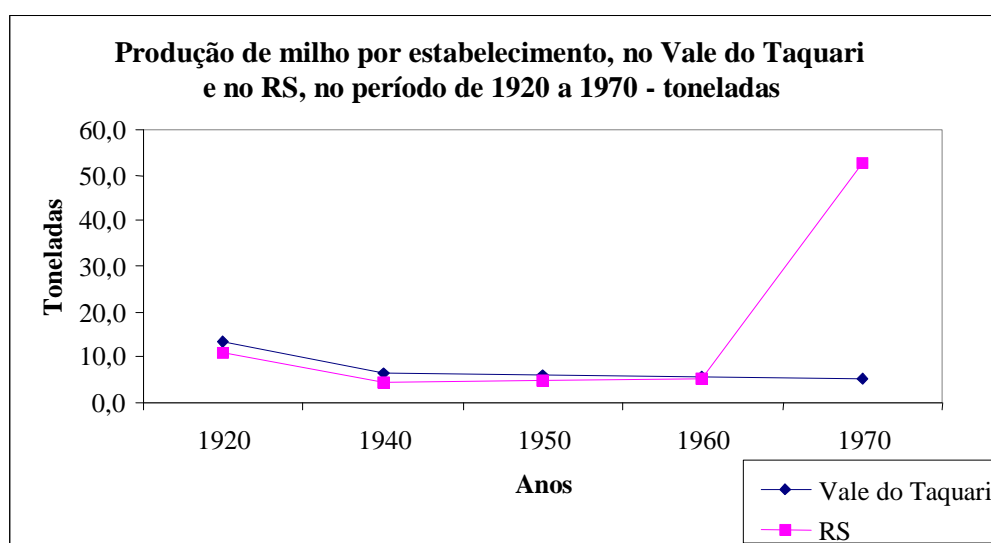
Barcellos (1995) salienta que o fator de expulsão, o esgotamento da fronteira agrícola (esgotamento das terras), teve estreita relação com os deslocamentos populacionais ocorridos nos primeiros decênios do século XX, até o final da década de 40. Acrescenta que o fluxo migratório se originou do baixo Jacuí, seguido da Encosta da Serra e do Planalto em direção ao noroeste do Rio Grande do Sul, para o Alto Uruguai na Colônia Nova. O deslocamento ocorreu através das pequenas propriedades dedicadas à agropecuária, as quais expandiram sua área ocupada para terras onde anteriormente havia matas virgens ou atividade pecuária.

A expulsão conforme Barden *et al* (2001), tem relação com o uso intensivo do solo, sem métodos de conservação e com sistemas inadequados de cultivo, que provocaram o seu esgotamento. Além disso, um mercado competitivo em que os produtos agrícolas gaúchos estavam em desvantagem com os do centro do país foram responsáveis pela baixa remuneração do trabalho, tanto no setor agrícola como no pecuário.

Torres (1983), destaca que o Valor Bruto da Produção (VBP) da economia gaúcha no início dos anos vinte foi resultante basicamente dos seus principais produtos: milho, arroz, feijão, mandioca, trigo, batata-inglesa, uva, fumo e a cebola.

Entretanto, já em 1940 a ordem dos produtos em termos de grandeza do VBP não apenas tinha se alterado como também alguns produtos tinham sofrido reduções, como o caso do milho, feijão e a mandioca.

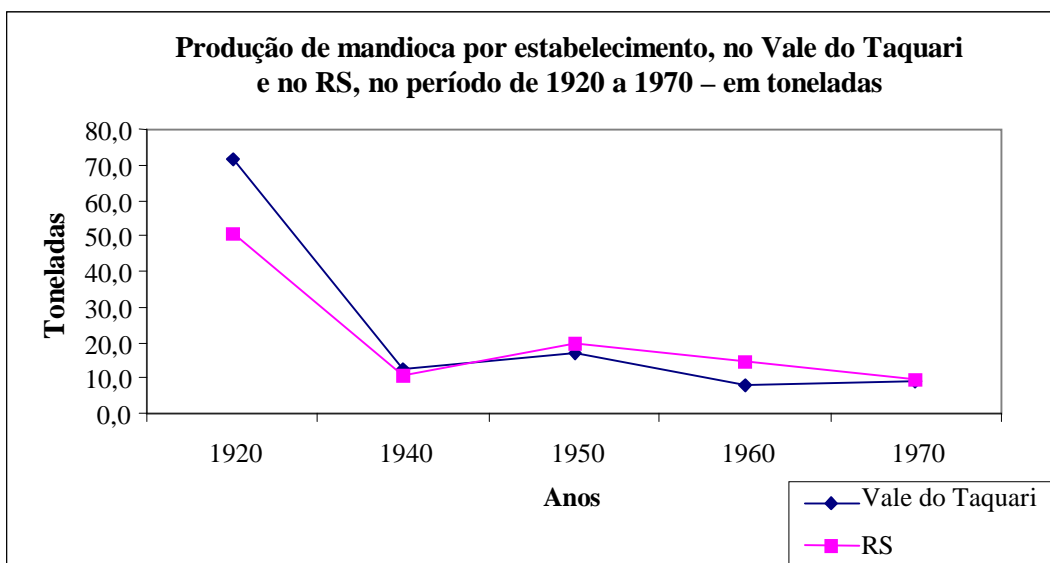
No Vale do Taquari, em que predominava o cultivo do milho, observa-se o declínio da produção por estabelecimento rural dessa cultura, resultando da redução da produtividade da lavoura (ver Figura 01). Esta diminuição foi maior no período de 1920 a 1940, tanto no Vale do Taquari como no Estado. No entanto, em períodos subseqüentes o declínio na região continua, enquanto no Estado se estabiliza e apresenta um acentuado incremento após 1960, período em que já está em vigor a modernização da agricultura com a chamada revolução verde.



Fonte: FIBGE (1920, 1940, 1950, 1960 e 1970) dados adaptados pelos autores.

Figura 01: Produção de milho (em ton) por estabelecimento no Vale do Taquari e no RS 1920 a 1970.

Fato semelhante ocorreu com a mandioca, cultura com importância econômica, tanto na região como no Estado. Conforme Figura 02, observa-se uma redução acentuada, no período de 1920 a 1940, na produção por estabelecimento, tanto no Vale do Taquari, como no Estado. No período seguinte (1940 a 1950) há uma pequena recuperação, no entanto, nos subseqüentes, a tendência de redução volta a se manifestar com maior intensidade no Vale do Taquari.



Fonte: FIBGE (1920, 1940, 1950, 1960 e 1970) dados adaptados pelos autores.

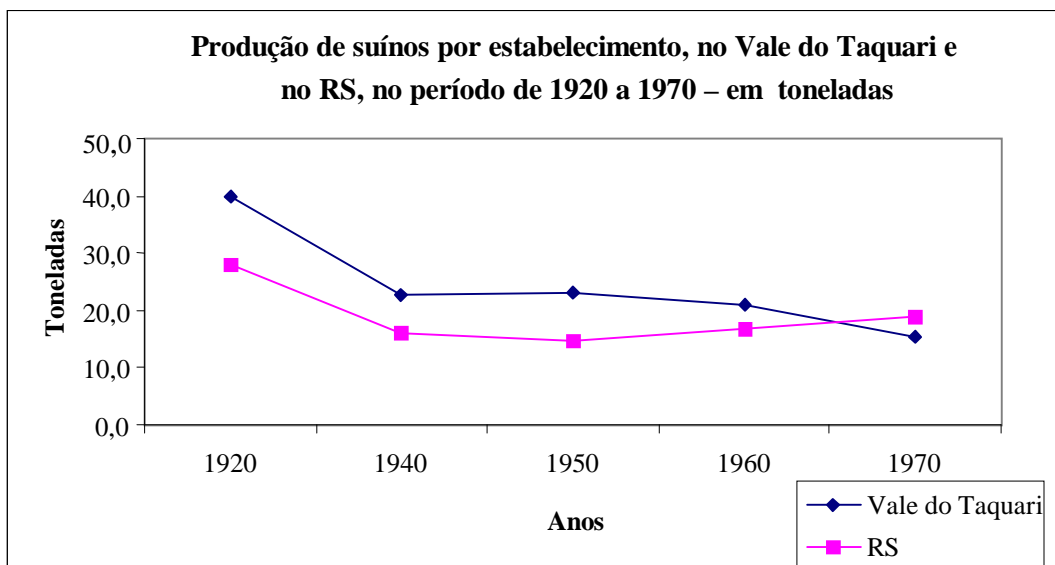
Figura 02: Produção de mandioca (em ton) por estabelecimento no Vale do Taquari e no RS – 1920 a 1970.

No Vale do Taquari, as matérias-primas agrícolas (milho, mandioca, etc.) utilizadas na pecuária foram a “mola mestra” da atividade econômica. Nesse sentido Roche (1969, p. 257) considera que os colonos alemães – etnia predominante no Vale do Taquari - se referiam às matérias-primas agrícolas da seguinte forma: "Se há milho, nós e nosso gado estamos salvos". O autor ainda argumenta sobre a importância do produto: "Assegura a satisfação das necessidades domésticas e é a principal fonte de renda nas colônias, embora só excepcionalmente" e, "o milho, muitas vezes, foi apresentado como a monocultura do colono alemão".

Segundo Barden *et al* (2001), além do gado, o milho – e em parte a mandioca – tinha relação direta com outra atividade: a criação de suínos. Como produto principal, a criação de suínos resultava na produção da banha, ou o chamado “ouro branco”, que se desenvolveu no último terço do século XIX nas colônias situadas a oeste do estado do RS (Roche, 1969).

De fato, analisando a Figura 03, observa-se a mesma tendência de declínio da produção de suínos que ocorreu com a produção de milho e da mandioca.

No Vale do Taquari, a tendência declinante manteve-se em todo o período analisado, enquanto em termos de Estado, a produção começou a crescer a partir de 1950, superando a média por estabelecimento do Vale do Taquari, no período de 1960 a 1970, quando houve um acentuado aumento na produção de milho por estabelecimento no Estado.



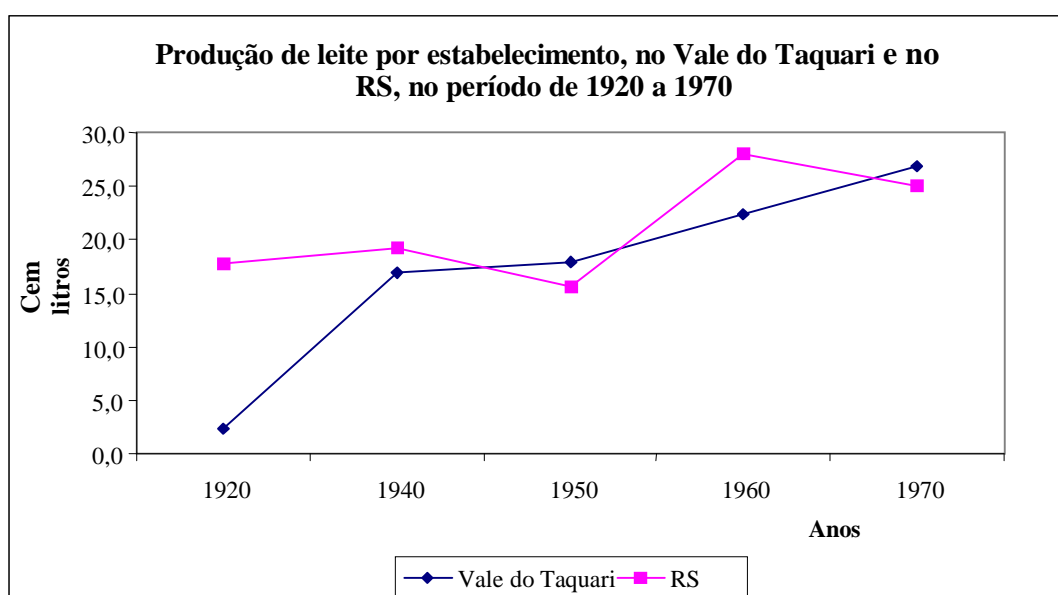
Fonte: FIBGE (1920, 1940, 1950, 1960 e 1970) adaptado pelos autores.

Figura 03: Produção de suínos (em ton) por estabelecimento no Vale do Taquari e RS – 1920 a 1970.

Assim, no Vale do Taquari, com a retração na produção do milho, da mandioca, também do trigo e do feijão, ocorreram modificações nas atividades produtivas da região (Barden *et al*, 2001).

Segundo os autores, a alternativa encontrada foi desenvolver uma nova atividade, a produção leiteira e a conseqüente produção do queijo substituindo em parte a manteiga.

Analisando a Figura 04, percebe-se que no período da redução da produção de milho e da mandioca, 1920 a 1940, no Vale do Taquari, houve um substancial incremento na produção de leite por unidade de produção, o que não ocorreu em termos do Estado. Esta atividade manteve um crescimento constante por unidade produtiva nos períodos seguintes, diferentemente do Estado em que ocorreram, alternadamente, reduções e crescimentos.



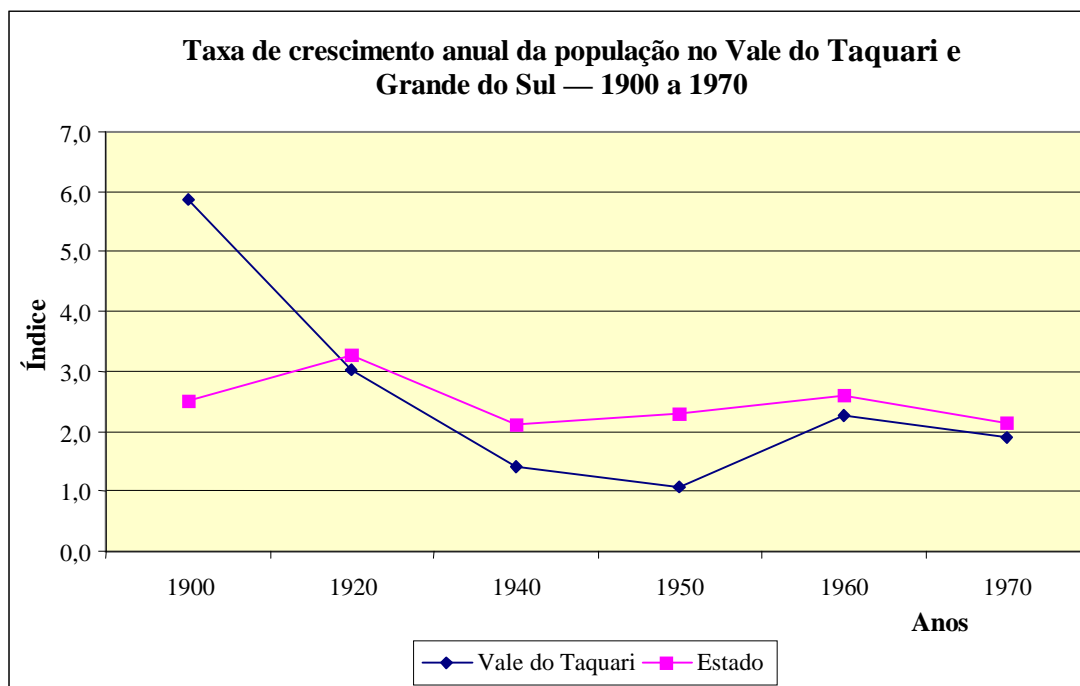
Fonte: FIBGE (1920, 1940, 1950, 1960 e 1970) dados adaptados pelos autores.

Figura 04: Produção anual de leite por estabelecimento no Vale do Taquari e no RS – 1920 a 1970.

Assim, o incremento da atividade leiteira conseguiu, de certa forma, reduzir o impacto econômico da redução da produção de milho e mandioca e a conseqüente redução na suinocultura, conseguindo reduzir substancialmente a migração da população rural do Vale do Taquari, após a década de 1950.

Com os dados apresentados, constata-se que as migrações ocorridas no Vale do Taquari no período de 1940 a 1950 tiveram uma estreita relação com a redução da produtividade das principais culturas, fornecedoras de matéria-prima para a pecuária, em especial para a suinocultura, que por sua vez é reflexo do primitivismo tecnológico da lavoura colonial que provocou o esgotamento do solo. Como na região havia limitações de fronteiras agrícolas e ocorreu a perda de produtividade das lavouras, houve necessidade de se buscar novas áreas para o cultivo destes produtos em outras regiões, onde a oferta de terras, ainda, era ilimitada.

Este fluxo migratório fez decrescer a taxa de crescimento da população do Vale do Taquari, foram decrescentes no período, como pode ser observado na Figura 05:



Fonte: FIBGE (1900, 1920, 1940, 1950, 1960 e 1970) dados adaptados pelos autores.

Figura 05 - Taxa anual de crescimento demográfico por período no Rio Grande do Sul e no Vale do Taquari – 1900 a 1970.

Os fatos expostos anteriormente se refletem na Figura e permitem caracterizar os diferentes períodos em relação aos movimentos migratórios, especialmente no Vale do Taquari:

- 1890-1900: até 1890 o Vale do Taquari apresentou um intenso fluxo migratório decorrente da vinda dos imigrantes europeus, período caracterizado pela colonização da região. A partir de 1890 cessa a entrada dos imigrantes, fazendo com que haja uma diminuição no crescimento demográfico.

- 1900-1950: este período é caracterizado pela saída de parte da população em busca de novas terras tendo em vista o esgotamento do solo e da fronteira agrícola na região. Ocorre um intenso fluxo migratório para o alto Uruguai e o Noroeste do Estado, a Colônia Nova. Outras regiões que também receberam população neste período foram: Baixo Jacuí, Encosta da Serra e Planalto.

- a partir de 1940: verifica-se um menor crescimento da população, pois este é um período em que se completa a ocupação, tanto no Estado como no Vale do Taquari. A partir daí, tem-se um intenso fluxo migratório decorrente da expansão da fronteira agrícola para outras regiões do país. A onda migratória que se estendeu para as novas fronteiras agrícolas (para fora do RS), tornou-se significativa, foram ocupados o oeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná (Santos, 1994 *apud* Barcelos, 1995).

Portanto, o período de 1940-70 a população do RS duplicou, enquanto a do Brasil multiplicou por 2,24 vezes. O menor crescimento no RS verificou-se a partir de 50, sendo que neste ano, a taxa de crescimento do RS foi de 2,3% a.a. e a do Brasil de 3,2% a.a; de 1960-70 no RS foi de 2,0% a.a. enquanto no Brasil foi de 2,7% a.a. (FEE, 1976-77).

3 Aspectos da Renda Interna

A economia gaúcha no período de 1939-70 foi caracterizada pela manutenção da base econômica agro-pastoril, apesar de ter experimentado um processo de industrialização como o restante do país, através do processo de substituição de importações. O que diferenciou este no RS, foi a sua intensidade e a natureza. No Brasil a indústria aumentou em 8,7% a.a. para o período de 47-70, enquanto que no RS o aumento foi de 6,7% a.a. (Alonso, 1984).

Mesmo mantendo a base econômica, o processo de urbanização gerou mudanças significativas. O resultado das duas forças, nível de renda dos habitantes das cidades (como fator de atração) e o esgotamento da fronteira agrícola (como fator de expulsão do meio rural), deveria ter proporcionado uma mudança na estrutura produtiva, ou seja, um aumento na participação da renda urbana em relação à renda total. Conforme FEE (1976-77 p 15.) se um dos motivos foi o esgotamento da fronteira agrícola “(...) estaria dado um teto para a produção rural”.

Mas segundo a FEE (1976-77), os dados não confirmam a expectativa, pois entre o período de 1940-70 a taxa de urbanização se elevou em 71%, enquanto a participação relativa da renda urbana aumentou em 11%. Por outro lado, a renda média rural cresceu mais que a urbana, reduzindo as diferenças elas. Além disso, segundo o autor, aumentaram sensivelmente a produção e a produtividade no setor rural, foram em muito superiores aos do urbano. Como principal motivo do aumento da produtividade considera a mudança radical das funções de produção no campo, com uso mais intensivo de capital e insumos, o que explica, em grande parte, a expulsão de mão-de-obra, refletida em aumento de produtividade e da renda *per capita*.

Assim, a baixa produtividade da mão-de-obra nas atividades urbanas, sobretudo no terciário, pode ter sido conseqüência de não ter chegado o momento de acumular capital no setor, ou então, por haver um desequilíbrio estrutural no sistema.

Para caracterizar as principais mudanças ocorridas no período de 1940-70 na distribuição da renda interna, estas são apresentadas a seguir, por décadas, tanto na economia gaúcha como no Vale do Taquari.

Década de 40:

A economia gaúcha nos anos 40 obteve um desempenho inferior a média nacional, passou da 3ª para a 4ª posição na participação, em relação aos demais estados. O setor industrial no Rio Grande do Sul apresentou a mesma tendência que no restante do país, houve um avanço relativo e segundo Bandeira (1988), conseguiu diminuir significativamente a diferença em relação à agricultura. A pecuária atingiu em 1949 somente 88% da produção física de 1939 (FEE, 1975).

Para Alonso (1984), os anos 40 marcaram a economia gaúcha pelo agravamento nas disparidades regionais de renda, fato este, devido ao desenvolvimento ter-se concentrado em poucas regiões. A causa das disparidades nos níveis de renda, no caso da região colonial do Vale do Taquari, foi atribuída ao empobrecimento da região, com uma redução da renda *per capita*, passando a região do 8º para 16º no *ranking* estadual. Em 1948, a taxa de crescimento da renda *per capita* foi de 0,0% e segundo estimativas, o prazo para dobrá-la, de acordo com o crescimento da renda global daquele ano (menos de 2,5%), jamais seria possível (FEE, 1975).

O autor considera que, apesar da região ter apresentado um baixo crescimento demográfico – aproximadamente 60% do que cresceu o Estado – este foi insuficiente para manter, ou mesmo elevar, a renda por habitante. A renda interna teve uma taxa crescimento –1,1% na microrregião.

O fraco desempenho da economia da região do Vale do Taquari, foi atribuído a sua estrutura colonial - baseada em pequenas e médias propriedades -, as quais diminuíram sua participação no produto agrícola do Estado, passando de 8,8% em 1939 para 4,6% em 1949.

Década de 50

Os anos 50 marcaram a economia brasileira pelo intenso crescimento industrial, o qual foi conseqüência do forte estímulo da política econômica do Plano de Metas do governo Juscelino. Alonso (1984) considera que a indústria gaúcha em quase nada se beneficiou dos grandes incentivos da época, a partir disso conclui que o Rio Grande do Sul tenha ficado fora do Plano de Metas.

Segundo o autor, para o Rio Grande do Sul, o período foi caracterizado pela redução das disparidades na renda *per capita* das microrregiões, pois segundo estudos do mesmo, estas se aproximaram em 42%. O fato é atribuído ao baixo crescimento industrial, o que acarretou em perda de vantagens para as áreas consideradas “mais prósperas” - refletindo também no setor serviços que entre 1949 e 1959 obteve um crescimento de apenas 1,8% - e as migrações (tanto internas como externas), que influenciaram no nível de renda *per capita*, ora elevando-a ora rebaixando-a. Salienta também, que este foi um período em que muitas regiões empobreceram e outras enriqueceram.

Quanto à taxa de crescimento da renda global da economia gaúcha, esta oscilou durante o período, pois conforme a Tabela 05, o desempenho variou de péssimo (1957 e 1959), mau (1955 e 1958), regular (1953), bom (1950, 1951, 1954 e

1956) e ótimo (1952). Pode-se constatar que os melhores desempenhos foram obtidos até a metade da década, onde a renda global cresceu a taxa de 5,0% a mais de 10,0% com renda *per capita* variando de 2,5% a mais de 7,5%. Já em relação aos piores desempenhos, estes ocorreram a partir de 1955, com crescimento da renda inferior a 5,0% e da renda *per capita* com menos de 2,5%, sendo observado inclusive, que esta em 1957 e 1959 não cresceu e, que pela taxa de crescimento da renda (menos de 2,5%), ela jamais duplicaria.

Tabela 05 – Classificação do Desempenho da Economia no Rio Grande do Sul – década de 1950

Taxa de crescimento da renda global (%)	Taxa de crescimento da renda <i>per capita</i> (%)	Prazo necessário para duplicar a renda <i>per capita</i>	Classificação do desempenho da economia	Anos de ocorrência
Mais de 10,0	Mais de 7,5	10 anos ou menos	Ótimo	1952
De 7,5 a 10,0	De 5,0 a 7,5	De 10 a 14 anos	Bom	1950,1951, 1954 e 1956
De 5,0 a 7,5	De 2,5 a 5,0	De 14 a 28 anos	Regular	1953
De 2,5 a 5,0	De 0,0 a 2,5	De 28 anos ou mais	Mau	1955 e 1958
Menos de 2,5	Menos de 0,0	Jamais	Péssimo	1957 e 1959

Fonte: Tabela adaptada FEE (1975).

O período de 1952-55 apresentou uma taxa de crescimento de 5,3% a.a., ao mesmo tempo em que se verificou uma diminuição da produtividade no setor agrícola, verificado tanto na produção agrícola como na produção animal – especialmente bovinos e suínos - e derivados (FEE, 1975).

O setor primário, apesar de ter a maior participação no PIB, reduziu-se ainda mais em detrimento do setor industrial (Bandeira, 1988). A economia gaúcha perdeu nesta década a 2º posição em participação no PIB nacional para o estado de Minas Gerais, que obteve recuperação no setor agropecuário.

Para Alonso (1984), o mercado de terras desempenhou um papel relevante neste período no Estado, pois deu continuidade ao movimento iniciado no período anterior. Julga que as migrações foram determinadas grande parte pela elevação do preço do solo, intensificou o deslocamento de mão-de-obra para as regiões mais industrializadas do Estado (Porto Alegre, Caxias do Sul e Santa Maria)⁸, assim como, os investimentos continuaram sendo direcionados para áreas industriais e determinadas atividades rurais – lavouras - com o objetivo de moderniza-las.

Em relação às regiões consideradas não industrializadas do Estado, houve um crescimento da renda agropecuária, o que contribuiu para a elevação da renda total.

Década de 60

A principal característica da década de 60 está na distribuição espacial do produto agrícola no país, segundo Bandeira (1985): aumento relativo da região Sul em relação ao restante do país, impulsionado pelas lavouras de soja e trigo. O Rio Grande do Sul obteve desempenho favorável basicamente em função do aumento da produtividade (em 60%), muito superior à média nacional, enquanto o Paraná verificou expansão da fronteira agrícola e Santa Catarina obteve tanto aumentos de produtividade quanto de área. A taxa de crescimento da economia gaúcha foi

⁸ Enquanto o Estado crescia taxas médias de 2,6% a.a., Porto Alegre crescia a 5,4% a.a., Caxias do Sul a 3,7% a.a. e Santa Maria a 3,4%.

praticamente o triplo da média nacional, em função do desempenho da agropecuária, especialmente das culturas da soja, do trigo e do arroz. Este incremento garantiu ao Estado a manutenção da 3ª posição em termos de participação no PIB nacional.

O desempenho econômico do Rio Grande do Sul na década de 60 distanciou ainda mais as regiões ricas e pobres do Estado, foi um comportamento similar a dos anos 40 (Alonso, 1984). O autor apresenta que apenas duas regiões do Estado “enriqueceram”, enquanto as demais, “empobreceram” em relação ao desempenho da renda *per capita*:

- Porto Alegre – apesar de apresentar taxa de crescimento demográfico duas vezes superior à média do Estado, impulsionada pelo setor industrial (passando de 43% em 1959 para 53% em relação ao total do Estado em 1970) e os serviços (que de 37% atingiu 59% do total do Estado ao final do período) e;
- Colonial de Ijuí – passou da sexta posição no Estado para terceira em renda *per capita*. O setor responsável pelo desempenho foi o primário que praticamente dobrou sua participação na renda agrícola do Estado.

Apesar do autor considerar que houve um distanciamento entre as regiões e um empobrecimento da maioria das regiões, constata que todas as microrregiões tiveram um crescimento real positivo em suas rendas *per capita*.

Para Alonso (1984), os avanços da economia brasileira não beneficiaram o Estado, pois mesmo as regiões agrícolas que obtiveram melhores desempenhos, estes não refletiram em melhorias em termos relativos na renda pessoal.

Quanto ao setor industrial, apesar do setor em termos nacionais ter evoluído, Alonso (1984, p. 115) considera que o “(...) Rio Grande do Sul praticamente ficou fora do projeto nacional, na época contido basicamente no Plano de Metas”. A expansão industrial no Estado concentrou-se na Grande Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande e Caxias do Sul (que consolidou nesta década a posição de segundo pólo industrial do RS).

Década de 70

Na década de 70, a região Sudeste do país perdeu participação no produto industrial e conseqüentemente todas as demais regiões aumentaram a sua participação, cabendo ao Sul, o maior incremento.

Mas ao mesmo tempo em que o Sul obteve avanços no setor industrial, na agropecuária teve um desempenho inferior, conseqüência do enfraquecimento das culturas do trigo e da soja. A agropecuária teve um significativo avanço nas regiões do Centro-Oeste e do Norte devido expansão da fronteira agrícola.

Neste contexto, o RS apresentou um crescimento do produto inferior a média nacional.

A evolução da renda *per capita* no RS, rural e urbana, para os períodos de 1950/1960 e 1960/1970, é apresentada abaixo:

Tabela 06- Evolução da renda *per capita* urbana e rural, no RS – 1950-1960-1970

Renda <i>per capita</i>	Taxas de crescimento anual (%)	
	1950/1960	1960/1970
Urbana	1,2	2,1
Rural	1,6	6,5
Total	2,6	4,1

Fonte: FEE (1976-77, p.26)

Segundo o autor, as taxas de crescimento da renda *per capita* refletem características importantes do período: o rural correspondia, em 1950, à cerca de 1/3 da urbana, mantendo-se praticamente a mesma posição em 1960. Já em 1970, porém, essa relação alcançou 52%, o que evidencia aumento da produtividade na agricultura, substancialmente maior que o incremento verificado nos setores urbanos.

Alonso (1984) argumenta que a dinâmica da economia foi resultado da dinâmica dos demais mercados: os investimentos foram canalizados para onde houvesse maior rentabilidade (indústria e serviços), como consequência, estes setores passaram a atrair a mão-de-obra em geral. Considera que nas microrregiões que perderam população ou estas tiveram crescimento abaixo da média estadual, o mercado de terras e a estrutura fundiária podem ter contribuído “no sentido de tornar o solo inacessível a grandes contingentes da população rural, que se dirigiam para outras áreas agrícolas fora do Estado ou para microrregiões que mais concentravam atividades industriais e de serviços – Porto Alegre e Vinicultora de Caxias do Sul” (p.98).

Em termos de mudanças na renda interna no Vale do Taquari, a Tabela 07 apresenta os índices anuais de crescimento da renda interna por setor no Vale do Taquari e no Estado para o período de 1939 a 1970. Através destes, pode ser confirmada a suposição de Alonso (1984), ou seja, os investimentos foram canalizados para setores com rentabilidade, a indústria e o comércio. No RS, a renda interna da indústria e comércio, aumentou 23% e 27%, respectivamente, de 1959 em relação a 1939, enquanto no Vale do Taquari, para o mesmo período, a renda da indústria elevou em 18% e a do comércio em 28%. Observa-se assim, que a indústria da região obteve um desempenho menor que a do RS. Em média, a renda interna do RS evoluiu em 22% e a do Vale em 17%.

Tabela 07- Taxas anuais de crescimento da renda interna por setor no Vale do Taquari e no Estado - 1939 a 1970

Ano	Vale do Taquari*					Rio Grande do Sul				
	Agricultura	Industria	Comércio	Outros Serviços	Total da Renda Interna	Agricultura	Industria	Comércio	Outros Serviços	Total da Renda Interna
1939 a 1949	18,68	19,47	14,76	13,41	16,88	18,71	20,25	15,79	15,91	17,63
1949 a 1959	12,68	17,81	28,43	21,42	16,61	18,53	22,89	27,07	24,39	22,15
1959 a 1970	51,63	64,96	57,78	60,35	58,25	53,12	58,74	58,86	59,25	57,63

FONTE: Dados adaptados de Alonso et alli (1986)

NOTA (*): Considerados os municípios estatisticamente comparados formados por Lajeado (Lajeado, Cruzeiro do Sul), Estrela (Estrela e Roca Sales) e Taquari (Taquari e Bom Retiro do Sul).

OBSERVAÇÃO: Os dados utilizados para o cálculo dos percentuais não foram deflacionados.

O menor desempenho da renda interna no Vale do Taquari, foi influenciado pela agricultura. A agricultura participava com 48,57% do total da renda interna em 1939, e chegou em 1970, com uma participação de 26,19%, ou seja, o setor perdeu participação.

Tabela 08- Taxas anuais de crescimento da renda interna por setor no Vale do Taquari e no Estado - 1939 a 1970

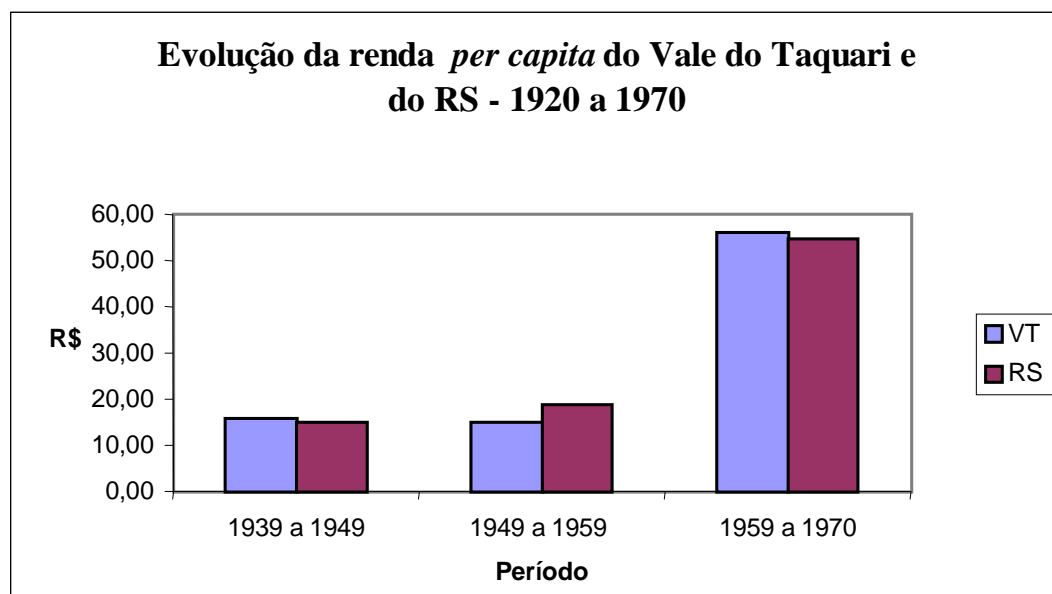
Ano	Vale do Taquari*				Total da Renda Interna	Rio Grande do Sul				Total da Renda Interna
	Agricultura	Indústria	Comércio	Outros Serviços		Agricultura	Indústria	Comércio	Outros Serviços	
1939	48,57	10,72	8,28	40,71	100,00	34,50	14,77	14,00	50,73	100,00
1949	56,56	13,34	6,90	30,10	100,00	37,82	18,41	11,96	43,77	100,00
1959	40,15	14,78	18,11	45,07	100,00	27,98	19,55	17,74	52,47	100,00
1970	26,19	22,39	17,58	51,42	100,00	20,92	20,97	19,18	58,10	100,00

Fonte: Dados adaptados de Alonso *et al* (1986)

Nota (*): Considerados os municípios estatisticamente comparáveis formados por Lajeado (Lajeado, Cruzeiro do Sul), Estrela (Estrela e Roca Sales) e Taquari (Taquari e Bom Retiro do Sul).

Observação: Os dados utilizados para o cálculo dos percentuais não foram deflacionados.

Enquanto a agricultura perdeu participação no Vale do Taquari, a indústria aumentou em mais de 100% sua participação, o comércio mais que dobrou e os serviços aumentaram menos de 30%. A região acompanhou a mesma tendência verificada no restante do estado, no entanto com maior intensidade na agricultura, indústria e comércio.



Fonte: Dados adaptados de Alonso et alli (1986)

Observação: Os dados utilizados para o cálculo são das rendas internas, não deflacionadas, tendo sido divididos pela população residente. Foram considerados os municípios estatisticamente comparáveis formados por Lajeado (Lajeado, Cruzeiro do Sul), Estrela (Estrela e Roca Sales) e Taquari (Taquari e Bom Retiro do Sul).

Figura 06: Evolução da renda *per capita* do RS e do Vale do Taquari e no período de 1939 a 1970.

Outro aspecto a ser analisado se refere à evolução da renda *per capita* do RS e do Vale do Taquari. Esta reflete tanto os aspectos da evolução da população como da renda interna, já analisados anteriormente: no período de 1939 a 1959 a renda *per capita* se mantém estável na região, enquanto no RS há um ligeiro acréscimo e de 1959 a 1970, há uma elevação significativa, refletindo especialmente o crescimento da renda interna.

5 Considerações finais

A partir dos dados apresentados, algumas considerações são feitas em relação às causas da intensificação dos fluxos migratórios na região do Vale do Taquari no período de 1930 a 1970 e também sobre seus reflexos para a renda interna da região.

Quanto às causas, sugere-se que estas estejam relacionadas ao esgotamento da fronteira agrícola, que fez com que parte da população procurasse por locais de trabalho no meio urbano, nos centros industriais (onde houve um aumento da procura por mão-de-obra), e em regiões agrícolas em expansão (inicialmente em outras regiões do Rio Grande do Sul, e num segundo momento, fluxos interestaduais, especialmente Santa Catarina e Paraná).

Em relação à população que integrou os fluxos migratórios, a indicação é que nessas situações prevaleceram os jovens (população em idade ativa), o que resultou em populações mais jovens nas regiões de destino e de mais idosos nas regiões de origem. No Vale do Taquari, verifica-se esta tendência, pois se percebe que a população no início do período analisado se caracterizou por estar concentrada numa baixa faixa etária e ao final, há uma redistribuição, caracterizando assim, o envelhecimento da população.

Dentre os determinantes dos fluxos migratórios, está o nível de renda dos habitantes das cidades como fator de atração. Tanto no setor agrícola como no pecuário, era muito baixa a remuneração do trabalho no Vale do Taquari. Acentuou-se, com isso, o processo de êxodo rural que já se manifestava desde os anos 30. Uma vez fora do latifúndio, o trabalhador buscava as cidades. Todavia, constituía-se uma mão-de-obra que era ofertada ao mercado de trabalho sem especialização, pois suas habilidades na vida campeira diferiam da exigida nas atividades urbanas. Por outro lado, o desenvolvimento industrial do estado não permitia a absorção de toda esta mão-de-obra nas fábricas. Desta forma, as vilas marginais da periferia das cidades passaram a abrigar todo esse contingente populacional egresso do campo, que sobreviveria em um nível de subemprego.

O crescente processo de urbanização fez com surgissem também no Vale do Taquari novos municípios chegando a um total de 15, sendo que até a década de 50 tinha apenas 5 municípios. A urbanização, na região, aumentou durante o período de 1940 a 1970, tendo a população urbana crescido aproximadamente 3,60% a.a. e a rural 1,32% a.a., com crescimento da população total de 1,75% a.a..

Quanto aos reflexos dos fluxos migratórios na renda interna da região, o que se percebe é um desempenho inferior da região em relação ao RS, especialmente devido à perda de dinamicidade da agricultura e a indústria que não acompanhou a tendência da época. Há uma redistribuição setorial da renda no período, ou seja, inicialmente a agricultura detinha a maior participação, passando esta para a indústria e os serviços, confirmando assim, a suposição de que os investimentos foram canalizados para setores com maior rentabilidade.

Bibliografia Consultada

AHLERT, Lucildo; Gedoz, Sirlei Terezinha. Povoamento e Desenvolvimento Econômico na região do Vale do Taquari; RS -1822 a 1930. **Estudo & Debate**, Lajeado, ano 8, n. 1, 2001.

ALONSO, José Antônio Fialho. **Evolução das desigualdades de renda interna no Rio Grande do Sul 1939-70**. Porto Alegre: FEE, 1984.

BANDEIRA, Pedro Silveira. **A produção gaúcha na economia nacional: resposta a uma crítica**. IN ensaios FEE, Ano 4, n. 2, 1984. (Notas e Comentários)

_____. **O Rio Grande do Sul e as tendências da distribuição geográfica do crescimento da economia brasileira 1940-80**. Porto Alegre: FEE, 1988.

BARCELLOS, Tanya Maria Macedo de. **Migrações: caminhos para terras e cidades**, 1995.

BARDEN, Júlia Elisabete et al. A economia do Rio Grande do Sul no período entre 1920 e 1940: uma análise da região do Vale do Taquari. **Estudo & Debate**, Lajeado, ano 8, n.2. 2001, p.7-55.

CARVALHO, Vera R. F. DA Ilha de Açores à Freguesia de taquari: Uma trajetória dos Imigrantes Açorianos no Continente do Rio Grande. **Estudo & Debate**, Lajeado, ano 9, n. 1, 2002.

DERRUAU, Max. **Geografia Humana I**. Presencca, Lisboa, 1982.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. **25 Anos de Economia Gaúcha**. Aspectos demográficos e suas relações com o desenvolvimento econômico do estado. Porto Alegre: FEE, v.1 e v.2, 1976-77

FEE – Fundação de Economia e Estatística. **25 Anos de Economia Gaúcha**. Aspectos demográficos e suas relações com o desenvolvimento econômico do estado. Porto Alegre: FEE, v.1 e v.2, 1975.

FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1920, 1940, 1950, 1960 e 1970.

FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**: Rio de Janeiro: IBGE, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960 e 1970.

HERRLEIN Jr., Ronaldo. Tráfico mercantil, expropriação e escravização do indígena: o Vale do Taquari nos anos de 1500 a 1737. **Estudo & Debate**, Lajeado, ano 5, n. 2, 1998.

JARDIM, Maria de L. T. Evolução da população do Rio Grande do Sul. In: **1º Encontro de Economia Gaúcha**, 2002, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: PUC/RS, 2002. p.01-15.

MAGALHÃES, Marisa V. Análise demográfica da região sul. In: PACHECO, Jorge Américo et al. **Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil**. Campinas, SP: Unicamp, 2000.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969, V.1 e V.2.

TARGA, Luis Roberto Pecoits. **Breve inventario de temas do sul**. Lajeado: FATES, (1998).

TORRES, Carlos Brum. A economia agrícola do Rio Grande do Sul e a Grande Depressão: 1920-39. IN: **Revista Ensaios FEE**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, v. 3, 1983.